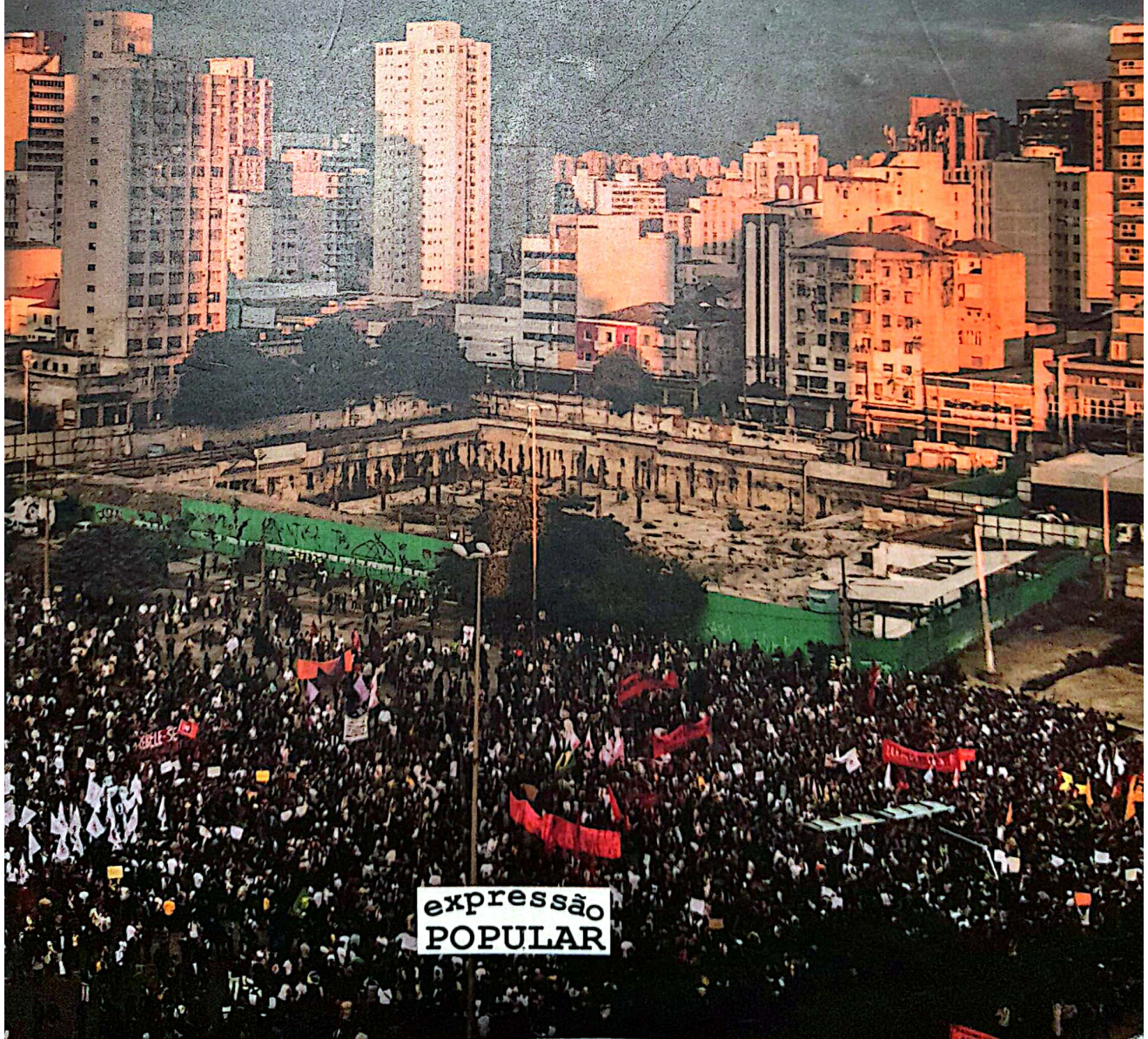


ERMINIA MARICATO

PARA ENTENDER
A **CRISE**
URBANA



CIDADES E LUTA DE CLASSES NO BRASIL*

O urbano da conjuntura do início do século XXI

Com muita frequência, (...) o estudo da urbanização se separa do estudo da mudança social e do desenvolvimento econômico, como se o estudo da urbanização pudesse, de algum modo, ser considerado um assunto secundário ou produto secundário passivo em relação às mudanças sociais mais importantes e fundamentais.

Harvey, 2005, p. 166

Introdução

Nunca é demais lembrar, como já fizeram numerosos autores, que a existência das cidades precede o capitalismo. No entanto, com ele as cidades mudam. E mudam a tal ponto que é impossível pensá-lo sem elas. Especificidades no processo de urbanização acompanham as diferentes fases do capitalismo colonial-industrial ou global financeiro nos países centrais ou periféricos. Em algum momento da primeira década do século XXI o mundo passou a ser predominantemente urbano e essa crescente concentração de população nas cidades traz novas características para as sociedades e para a humanidade. Um

* Este texto resultou da edição de vários trabalhos publicados, mas especialmente do artigo de mesmo nome que integra a coletânea organizada pelas Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert (orgs.), *Classes? Que classes?* São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2013.

bom exemplo está na concentração de pobreza em números inéditos (Davis, 2006).

Desde o período da revolução industrial, quando os efeitos de aglomeração nas cidades ofereceram condições indispensáveis para o processo de acumulação de base fabril até as chamadas "cidades globais", que concentram poder internacional, o espaço urbano e, mais recentemente, metropolitano e regional, constitui força produtiva fundamental, além de participar do processo de dominação hegemônica.

Os capitais, em cada momento histórico, buscam moldar as cidades aos seus interesses, ou melhor, aos interesses de um conjunto articulado de diferentes forças que podem compor uma aliança. Mas esse modelo de paisagem, ou ambiente construído, não resulta sem contradições (Harvey, 1982). O que pode ser interessante aos promotores imobiliários e proprietários de terra também pode contrariar os interesses dos capitais industriais, apenas para lembrar um exemplo importante que marcou a história das cidades nos países centrais do capitalismo. O acirramento da luta social por melhores salários, ou melhores condições de trabalho, ou ainda melhores condições de vida (moradia, saúde, transporte etc.), aprofundam essas contradições*. Um aumento salarial pode ser engolido pelo aumento da tarifa de transportes ou do preço dos aluguéis das moradias. Durante os anos do *Welfare State* (Estado providência) os trabalhadores conquistaram (como resultado de um processo de lutas) a produção em massa de moradias. Essa política determinou os capitais que iriam perder espaço na disputa pelos lucros, juros e rendas já que havia necessidade de alojar os trabalhadores, diminuir o preço

* Essas ideias aqui desenvolvidas esquematicamente foram inspiradas em Ball, 1981.

da força de trabalho e diminuir o preço da moradia. Os capitais rentistas – fundiários e imobiliários – foram subordinados ou regulados diante dos interesses do capital industrial. E dentre os capitais que participam da produção do espaço (nos quais Harvey inclui a propriedade da terra) os capitais especulativos perderam espaço para o capital produtivo*.

A cidade pode ser objeto de diversas abordagens: pode ser lida como um discurso (como querem os semiólogos e semióticos); pode ser abordada pela estética – ambiente de alienação e dominação por meio da arquitetura e urbanismo do espetáculo; como manifestação de práticas culturais e artísticas mercadológicas ou rebeldes; como legado histórico; como palco de conflitos sociais; como espaço de reprodução do capital e da força de trabalho, entre outras. Essas diferentes ou dispersas formas de ver as cidades certamente tornam mais difícil situá-las como um objeto central estruturador das relações sociais. A mídia do *mainstream* trata de cidades o tempo todo, entretanto raramente a toma como um produto, ou mercadoria que intermedia os conflitos entre as classes sociais. Afinal, o capital imobiliário é um grande anunciante, patrocinador da grande mídia.

No entanto, isso não é suficiente para explicar porque a política urbana está tão ausente dos debates da esquerda e das propostas de políticas públicas, em especial, políticas nacionais de desenvolvimento econômico e social, nas últimas décadas do século XX e primeira do XXI. De fato, essa invisibilidade é maior a partir da globalização** neoliberal (após a década de

* *Ibid.*, p. 145-176.

** Iremos utilizar o conceito de globalização para referirmo-nos ao conjunto das mudanças (incluindo a ideologia, a cultura e a política) ocorridas no mundo, a partir do que Harvey chama de reestruturação produtiva do capitalismo, que tem início nos anos 1970.

1970, nos países centrais), quando se enfraquece o poder dos sindicatos e partidos de esquerda, e o capital financeiro se torna hegemônico. Mas, nos países capitalistas periféricos, sobretudo, essa invisibilidade é histórica. Já mostramos em diversos trabalhos que, nesses países, a habitação dos trabalhadores não é problema para o capital e, na maior parte das vezes, nem para o Estado. Por isso, os bairros de moradia dos trabalhadores são construídos por eles mesmos, nos seus horários de descanso. E também por isso, as favelas fazem parte da reprodução da força de trabalho formal. Foi assim durante o processo de industrialização por substituição de importações e é assim atualmente, nas cidades conhecidas como globais. As favelas integram as cidades de países como o Brasil*.

A incrível ausência do estudo da questão urbana nos cursos acadêmicos de economia, sociologia, engenharia e direito, além do desconhecimento dos setores de esquerda, nos remetem às muitas considerações feitas por intérpretes da "formação nacional", para adotar a expressão de Plínio Sampaio Jr. (Sampaio Jr., 1999) sobre a alienação do intelectual brasileiro em relação à realidade do país (Fernandes, 1977; Viotti da Costa, 1999; Schwarz, 1973; Furtado, 2008). É inconcebível que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), um dos maiores fomentadores de desenvolvimento econômico e social na América Latina, em um governo de centro-esquerda, ignore o impacto de seus investimentos nas cidades ou regiões, mas é o que aconteceu. Esse conceito de "desenvolvimento" parece não passar pelo

* Temos desenvolvido esse conceito – as favelas ou moradias ilegais, de um modo geral, são parte estrutural de nossas cidades, não constituem exceção, mas regra. Ver em especial Maricato, 1996.

** Conforme relato de Tania Bacelar à autora em 2012.

ambiente construído e, o que é mais impressionante, nem pela questão fundiária. Além da alienação decorrente da condição de dependência cultural, a máquina ideológica midiática também ocupa a função de um entorpecente das massas de baixa escolaridade. Daí usarmos frequentemente a expressão analfabetismo urbanístico ou geográfico para expressar essa ignorância predominante sobre a realidade e, em especial, a realidade do ambiente construído (Maricato, 2002).

A produção do ambiente construído nos países capitalistas foi objeto prestigiado de estudos e pesquisas durante a década de 1970, após as revoltas estudantis do final dos anos de 1960. Merece destaque o esforço da chamada Escola Francesa de Urbanismo integrada por marxistas que tratavam de desenvolver e explicar a produção do espaço urbano e os conflitos entre capitais e trabalho. Os estudos se detiveram em mostrar que a produção do espaço urbano ou, de um modo geral, do ambiente construído envolvia alguns tipos específicos de capitais. Os confrontos não se dão apenas no chão da fábrica, como pretendia a herança histórica do movimento operário. A perda de prestígio da função social das cidades, no capitalismo central, coincide com a ascensão das ideias neoliberais e concomitante perda de espaço do *Welfare State*, acompanhando o enfraquecimento dos sindicatos de trabalhadores e perda de espaço das forças de esquerda.

O presente texto vai tratar rapidamente: 1) da abordagem marxista sobre o tema da cidade; 2) da cidade no capitalismo periférico; e 3) a cidade na conjuntura brasileira.

Portanto, vamos evitar um extenso e abstrato texto acadêmico e buscar, dentre os marxistas que estudaram a questão urbana, algumas formulações que poderão ajudar a reconhecer o que parece óbvio, mas não é tomado como tal.

Cidade e conflitos: a abordagem marxista

A cidade é o lugar por excelência de reprodução da força de trabalho. Não há como não entender essa formulação. O mundo está se urbanizando crescentemente e, nas cidades, a moradia, a energia, a água, o transporte, o abastecimento, a educação, a saúde, o lazer não têm solução individual. Cada vez mais a reprodução da população que compõe a força de trabalho, em sua maioria, se faz de modo coletivo ou "ampliado", dependente do Estado, como desenvolveu Castells no clássico livro *La question urbaine*, de 1972. Transporte coletivo, infraestrutura e equipamentos sociais são necessidades que, apesar do fim do *Welfare State* ou apesar da tendência à privatização dos serviços públicos após a década de 1980, ainda permanecem como questões cruciais da luta social nos países periféricos ou centrais da atualidade. Diferentemente da chamada reprodução simples da força de trabalho, a reprodução ampliada não depende apenas do salário – ou, em termos mais precisos, da taxa de salário –, mas também das políticas públicas, parte das quais são especificamente urbanas, como se estas constituíssem um salário indireto. Um aumento de salário pode ser absorvido pelo alto custo do transporte ou da moradia, por exemplo.

Como já foi mencionado, o capital em geral busca moldar o ambiente urbano às suas necessidades, mas interessa destacar aqui um conjunto dos capitais que tem interesse específico na produção do espaço urbano, por meio do qual se reproduzem obtendo lucros, juros ou rendas.

Faz parte desse grupo específico os seguintes capitais: 1) incorporação imobiliária (um tipo de capital comercial inicialmente estudado por Christian Topalov em 1974); 2) capital de construção de edificações; 3) capital de construção pesada ou de infraestrutura; e 4) capital financeiro imobiliário. Harvey

localiza nesse grupo também os proprietários de terra que podem constituir obstáculos ao processo de reprodução desses capitais ou se associar a eles*.

A classe trabalhadora – entendida aqui num sentido amplo, incluindo os informais e domésticos – quer da cidade, num primeiro momento, o valor de uso. Ela quer moradia e serviços públicos mais baratos e de melhor qualidade. Entenda-se: mais barato e de melhor qualidade, referenciados ao seu estágio histórico de reprodução.

Os capitais que ganham com a produção e exploração do espaço urbano agem em função do seu valor de troca. Para eles, a cidade é a mercadoria. É um produto resultante de determinadas relações de produção. Se lembramos que a terra urbana, ou um pedaço de cidade, constitui sempre uma condição de monopólio – ou seja, não há um trecho ou terreno igual a outro, e sua localização não é reproduzível – estamos diante de uma mercadoria especial que tem o atributo de captar ganhos sob a forma de renda. A cidade é um grande negócio e a renda imobiliária, seu motor central.

A renda fundiária ou imobiliária aparenta ser uma riqueza que flutua no espaço e aterrissa em determinadas propriedades, graças a atributos que podem estar até mesmo fora delas, como por exemplo um novo investimento público ou privado feito nas proximidades. A legislação e os investimentos urbanos são centrais para “gerar” essa riqueza que irá favorecer (valorizar) determinados imóveis ou bairros. Esse é um dos principais

* Poderíamos lembrar outros capitais envolvidos com os serviços urbanos ou que disputam os fundos públicos, como transporte coletivo e individual, iluminação pública, comunicação, limpeza, merenda escolar, atendimento à saúde etc. Mas para o que nos interessa vamos nos restringir àqueles ligados à produção do espaço físico.

→ *Seguindo*
motivos para as disputas sobre os fundos públicos em obras.
Por exemplo: o que será construído e, especialmente, onde.
Abertura de avenidas, pontes, viadutos, parques, pode mudar
o preço do metro quadrado nas suas proximidades. Por isso,
os *lobbies* imobiliários atuam fortemente junto aos Executivos
e Legislativos de todos os níveis de poder.

Como já apontou inicialmente Marx e desenvolveu Harvey,
entre o valor de troca da cidade mercadoria e o valor de uso da ci-
dade condição necessária de vida para a classe trabalhadora, há uma
profunda oposição que gera um conflito básico (Harvey, 1982).

Ao lado deste, outros conflitos (secundários?) são gerados
pela forma anárquica como o ambiente construído cresce. De-
pendendo das circunstâncias históricas, podem ser notáveis as
divergências entre: a) o capital em geral e o capital imobiliário
(como o exemplo que demos no início deste texto); b) diver-
gências internas a frações do capital imobiliário pela disputa
dos ganhos; e c) divergência entre proprietários de imóveis e
capital imobiliário pelo mesmo motivo**.

Podem ser notáveis ainda as divergências entre os próprios
trabalhadores, especialmente entre os que são proprietários e
os que não são. Todos nós já testemunhamos a oposição feita
por pequenos proprietários de imóveis populares a favelas que,
localizadas na vizinhança, podem causar depreciação no preço
de sua propriedade. Evidentemente a capacidade de "absorção"

* Ver o conceito "terra-localização" desenvolvido por Flávio Villaça a partir do
conceito "terra como capital" no excelente livro do autor *Reflexões sobre as cidades
brasileiras*. Cf. Villaça, 2012.

** O processo de realização do capital na construção de edificações difere do
processo de construção de infraestrutura (a terra não ocupa o mesmo papel).
Há diferenças até mesmo no interior do processo de construção de edificações,
tenham elas uso residencial, industrial, serviços etc. Como a abordagem é
esquemática, não iremos entrar em detalhes aqui.

dessa riqueza que, aparentemente, paira no ar e se "cola" à
propriedade imobiliária sob a forma de renda ou de sua valo-
rização é maior por parte dos capitalistas do ramo imobiliário
do que pelo trabalhador que tem uma modesta moradia. Mas
ela pode chegar até mesmo nos cômodos das favelas, isto é,
mesmo uma casa precária em uma favela se valoriza com as
vantagens crescentes de localização e pode propiciar ao seu
dono rendimentos com aluguel.

E sempre é bom lembrar, há uma parte dos trabalhadores
explorados diretamente por esses capitais que ganham com
a produção do espaço urbano: trata-se dos trabalhadores de
construção que estão entre as categorias mais exploradas da
classe trabalhadora e, segundo alguns autores, são fontes
extraordinárias de extração de mais-valia (Ferro e Arantes,
2006; Maricato, 1984).

Para completar esse quadro esquemático, resta relembrar
o papel, cada vez mais importante, do Estado na produção do
espaço urbano. É dele o controle do fundo público para inves-
timentos, e cabe a ele, sob a forma de poder local, a regulamen-
tação e o controle sobre o uso e a ocupação do solo (segundo,
hipoteticamente, planos e leis aprovados nos parlamentos). É,
portanto, o principal intermediador na distribuição de lucros,
juros, rendas e salários (direto e indireto), entre outros papéis.
Há, portanto, uma luta surda pela apropriação dos fundos
públicos, que é central para a reprodução da força de trabalho
ou para a reprodução do capital. Podemos citar como exemplo
importante a disputa entre investimentos para a circulação de
automóveis ou investimentos para o transporte coletivo.

As megaobras sempre, na história das cidades, tiveram um
papel especial na afirmação do poder religioso ou simplesmente
político, mas a associação entre a arquitetura e o urbanismo

Dilma. São mais desiguais do que o Brasil, na América Latina, apenas Guatamala, Honduras e Colômbia. Essa marca, a da desigualdade, está presente em qualquer ângulo pelo qual se olha o país e, portanto, também nas cidades.

Evidentemente, para esse capitalismo "funcionar" como parte da divisão internacional do trabalho, os trabalhadores urbanos integrados ao processo produtivo – mas excluídos de grande parte dos benefícios que o mercado de consumo assegura e, especialmente, excluídos da cidade – são submetidos a uma poderosa máquina ideológica, quando não pode ser simplesmente repressora. Além da poderosa máquina midiática, a generalização do débito político e o favor como mediação universal são relações que explicam muito a cidade e uma *sui generis* forma de cidadania no Brasil: direitos para alguns, modernização para alguns, cidade para alguns... (Castro e Silva, 1997).

Nem todos os indicadores sociais são negativos no processo de urbanização concomitante à industrialização que se deu no decorrer do século XX, mais exatamente a partir de 1930. A mortalidade infantil, a expectativa de vida, o nível de escolaridade, o acesso à água tratada, a coleta do lixo e a taxa de fertilidade feminina apresentaram uma evolução positiva a partir de 1940 até nossos dias, exatamente devido à mudança de vida com a urbanização (IBGE, 2008). No entanto, os efeitos da doutrina neoliberal que acompanhou a chamada globalização afastaram a perspectiva de crescimento, ainda que acompanhado de concentração de renda (Schwarz, 2007).

<sup>consultar
atualmente</sup>
A população moradora de favelas cresceu mais do que a população total ou do que a população urbana nos últimos 30 anos, isto é, de 1980 a 2010 (IBGE) ²⁰⁰⁰ 21,65% / 34%
Não cabe qualquer dúvida sobre o forte efeito negativo que a globalização, dominada pelo ideário neoliberal, impôs, com

a anuência das elites nacionais, às metrópoles brasileiras nas décadas de 1980 e 1990. As principais causas dessa tendência, já tratada em vasta bibliografia, se deveram à queda brusca do crescimento econômico com aumento do desemprego e à retração do investimento público em políticas sociais. A sistematização das propostas contidas no Consenso de Washington mostra a força de tal dominação política que consegue impor a uma sociedade desigual, em parceria com as elites locais, ações que seguem um caminho contrário ao interesse e necessidades da maior parte da população (Cano, 1995; Tavares e Fiori, 1997). As três políticas públicas urbanas estruturais (ligadas à produção do ambiente construído) – transporte, habitação e saneamento – foram ignoradas ou tiveram um rumo errático, com baixo investimento, por mais de 20 anos. Os precários times de funcionários públicos existentes no Estado brasileiro e as instituições que se formaram estavam em ruínas quando investimentos foram lentamente retomados em 2003, na gestão do presidente Lula (Maricaro, 2011b).

Talvez, o indicador que mais evidencia o que podemos chamar de tragédia urbana é a taxa de homicídios, que cresceu 259% no Brasil entre 1980 e 2010. Em 1980, a média de assassinatos no país era de 13,9 mortes para cada 100 mil habitantes, em 2010 passou para 49,9 (Weiselfisz, 2013).

Certamente essa ocorrência não se deveu apenas a esses fatores e nem se limita às cidades brasileiras. Não é possível abordar um assunto tão estudado em poucas palavras. Mas não há dúvida de que ela compõe o quadro de abandono do Estado provedor, ainda que tratemos do provedor na periferia capitalista, na qual a previdência não era universal, tampouco a saúde ou a habitação. O tema da violência, cujas origens estão na sociedade escravista que formalmente resistiu até 1888, se transformou numa das principais marcas das cidades brasileiras.

Nas décadas perdidas: luta social pela cidade democrática

Movendo-se contra a corrente mundial de enfraquecimento dos partidos de esquerda, do declínio do crescimento econômico e da retração do Estado provedor, o Brasil dos anos 1980 mostrava um quadro contrastante. Enquanto a economia apresentava uma queda acentuada, ao mesmo tempo que lutavam contra o governo ditatorial, movimentos sociais e operários elaboravam plataformas para mudanças políticas com propostas programáticas. Na década de 1980, foram criados novos partidos, outros partidos de esquerda saíram da clandestinidade, novas entidades operárias foram fundadas e ainda havia os movimentos sociais urbanos – uma novidade na cena política brasileira, pelo menos com a expressão que ganharam na ocasião.

Um vigoroso Movimento Social pela Reforma Urbana recuperou as propostas elaboradas na década de 1960, no contexto das lutas revolucionárias latino-americanas. Tratava-se de construir a ponte com uma agenda que a ditadura havia interrompido a partir de 1964. Na década de 1960, o Brasil tinha 44,67% da população nas cidades (censos IBGE). Em 1980, já eram 67,59%. Houve um acréscimo de cerca de 50 milhões de pessoas nas cidades, e os problemas urbanos se aprofundaram. Esse movimento reunia entidades profissionais (arquitetos e urbanistas, engenheiros, advogados, assistentes sociais), entidades sindicais (urbanitários, sanitaristas, setor de transportes), lideranças de movimentos sociais, ONGs, pesquisadores, professores, intelectuais, entre outros. Por sua influência, foram criadas comissões parlamentares e foram eleitos prefeitos, vereadores e deputados.

No que se refere ao destino das cidades, na agitada cena política estavam presentes: a) as mobilizações sociais, os sindicatos e os partidos políticos; b) a produção acadêmica que passa

a desvendar a cidade real (com diagnósticos sobre as estratégias de reprodução dessa força de trabalho de baixos salários), desmontando as construções simbólicas e ideológicas dominantes sobre as cidades; e c) governos municipais inovadores que experimentaram novas agendas com programas sociais, econômica e politicamente incluídos e participativos.

Durante o regime de exceção (1964-1985), os prefeitos das capitais eram indicados pelos governadores, que eram indicados pelo presidente da República, que era indicado pelas Forças Armadas e forças econômicas que lhes davam sustentação. Portanto, as experimentações de gestão local democrática se davam nos demais municípios onde havia eleição direta para prefeito. Entre os urbanistas, ganharam importância nessa fase as experiências de Diadema, município operário da Região Metropolitana de São Paulo, com suas propostas de inclusão social e urbana elaboradas por profissionais ativistas em contexto de forte luta social. Após 1985, com eleições livres para prefeito nas capitais, duas mulheres foram eleitas para o governo do município de São Paulo, com um intervalo entre elas – Luiza Erundina (1989-1992) e Marta Suplicy (2001 e 2004). Suas administrações deixaram marcas profundas nas áreas do transporte, da cultura, da assistência social, que permanecem como paradigma após muitos anos.

Chamam a atenção as experiências de Belém, democratizando a participação com o Congresso da Cidade e modernizando a administração com o cadastro multifinalitário urbano; de Belo Horizonte, com as propostas de abastecimento doméstico que permitiram baratear o preço da comida; de Recife, com a política de forte afirmação das raízes multiculturais, em especial da música afro-brasileira, além das ações de prevenção contra riscos por desmoronamento nas áreas de moradias pobres; de Santo

André, com a política de saneamento e habitação; de Caxias do Sul, com a inserção até mesmo das crianças na discussão sobre o futuro da cidade, entre outras. Mas foi o orçamento participativo de Porto Alegre que constituiu a mudança mais notável de rumo nas administrações urbanas e no seu planejamento.

O Orçamento Participativo praticado durante quase duas décadas em Porto Alegre constituiu uma mudança no padrão dos investimentos urbanos. Ele significou a ruptura com o investimento público submetido aos interesses do mercado imobiliário, o que, por sua vez, alimenta a segregação territorial e as desigualdades. Outros *lobbies* muito bem organizados, que indefectivelmente atuam junto às Câmaras Municipais, encontram dificuldades em agir. Os excluídos passam a sujeitos políticos que participam diretamente das decisões. Podem, portanto, exercer algum controle sobre o Estado, que se torna mais próximo e mais transparente. Rompe-se também com o indefectível clientelismo político, embora isso dependa do grau de democracia exercida no processo, pois o risco da cooptação e da relação de troca de favores está sempre presente. O orçamento participativo muda o lugar e a natureza do planejamento urbano.

Os governos municipais que inauguraram gestões inovadoras, autodenominadas “democráticas e populares” orientavam-se pela “inversão de prioridades” na discussão do orçamento público e a participação social em todos os níveis. Os governos do PT foram tão bem-sucedidos que passaram a se diferenciar sob a marca do “modo petista de governar”. As propostas eram criativas e efetivas, respondendo com originalidade aos problemas colocados pela realidade local. Nesse sentido, os projetos arquitetônicos, urbanísticos e legais relacionados ao “passivo urbano” (cidade ilegal, autoconstruída, e precariamente

urbanizada) ganha importância, pois sempre foi ignorado pelo urbanismo do *mainstream*. Por isso, os programas de governo se dividiam entre os que buscavam recuperar a cidade ilegal consolidada (onde não houvesse obstáculo ambiental para isso) e a produção de novas moradias e novas áreas urbanas.

Apenas para registrar um exemplo importante, uma das iniciativas mais bem-sucedidas em São Paulo buscava dar mais qualidade para a vida de crianças e adolescentes nos bairros pobres, por meio da construção e operação de (CEUs) Centros Educacionais Unificados. Tratava-se de criar um edifício de destacada qualidade arquitetônica, bem equipado, que oferecia cursos regulares, cinema, ginástica, artes plásticas, programas teatrais e musicais, inéditos na periferia urbana. Incluiu-se no centro dos bairros periféricos um pedaço de um universo discrepante, modernizante, em relação ao entorno precário.

Imagem 1: CEU da Paz – Brasilândia, São Paulo, 2012



Fonte: Google Maps, 2012

A inexperience inicial daqueles que alimentavam a utopia de construir uma cidade mais democrática obrigou muitos ativistas a refletir sobre as limitações e a consequente adaptação que deveria ser feita nas propostas. Os conflitos diários vinham dos movimentos sociais, que cobravam mais agilidade da parte do governo; também de adversários, que podiam fazer parte da Câmara Municipal, do Judiciário, quase sempre conservador; mas, em especial e de modo generalizado, da grande mídia, que atuou como partido político representando a elite do país.

Com o passar do tempo, durante as décadas de 1980 e 1990, pesquisadores, professores universitários e profissionais de diversas áreas, socialmente engajados, criaram o que podemos chamar de Nova Escola de Urbanismo. Se antes esses agentes eram críticos do Estado e das políticas públicas, a partir da conquista das novas prefeituras e com o crescimento dos partidos de esquerda, notadamente do PT, eles foram se apropriando de parcelas do aparelho de Estado nos Executivos, nos parlamentos e, com menos importância, até mesmo do Judiciário. Novos programas, novas práticas, novas leis, novos projetos, novos procedimentos, sempre com participação social, permitiram o desenvolvimento também de quadros técnicos e de *know-how* sobre como perseguir maior qualidade e justiça urbana*. As travas da macroeconomia estavam colocadas como obstáculos a serem resolvidos no futuro.

Esse movimento pela Reforma Urbana avançou conquistando importantes marcos institucionais. Dentre eles destacam-se: a) um conjunto de leis que, a partir da Constituição Federal de 1988, aponta instrumentos jurídicos voltados para a justiça urbana, sendo o Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257/2001)

* Ver algumas referências bibliográficas em Maricaro, 2011a, 2011b.

a mais importante delas; b) um conjunto de entidades, como o Ministério das Cidades (2003) e as secretarias nacionais de habitação, mobilidade urbana e saneamento ambiental, que retomavam a política urbana agora de forma democrática; e c) consolidação de espaços dirigidos à participação direta das lideranças sindicais, profissionais, acadêmicas e populares como as Conferências Nacionais das Cidades (2003, 2005, 2007) e Conselho Nacional das Cidades (2004).

Cidades na conjuntura atual: a retomada do investimento público e a surpreendente subordinação do espaço urbano ao capital

Não há dúvida de que as políticas sociais implementadas pelos dois governos de Luís Inácio Lula da Silva fizeram diferença na vida de milhões de brasileiros. Os principais programas sociais do governo Lula que tiveram continuidade na gestão de Dilma Rousseff foram: Bolsa Família, Crédito Consignado, Programa Universidade para todos (ProUni) – bolsa de estudo em universidades privadas trocadas por impostos –, Programa de Fomento da Agricultura Familiar (Pronaf) e Programa Luz para Todos. Garantiu-se um aumento real do salário mínimo (de cerca 55%, entre 2003 e 2011, conforme Dieese). Além desses programas, o crescimento da economia e do emprego, propiciado por condições de troca internacional, trouxeram alguma perspectiva de esperança de dias melhores. Em vez de reforçar explicações que veem no aumento da renda de uma grande camada, a emergência de uma nova classe média, Marcio Pochmann classifica o fenômeno como um reforço das camadas que se encontram na base da pirâmide social. Estes aumentaram sua participação relativa na renda, que estava abaixo de 27%, para 46,3% entre 1995 e